

O ENSINO DE SOCIOLOGIA EM PERSPECTIVA COMPARADA: UMA ANÁLISE DOS CURRÍCULOS DA PROVÍNCIA DE SANTA FÉ (ARGENTINA) E SANTA CATARINA (BRASIL)

TEACHING SOCIOLOGY IN A COMPARATIVE PERSPECTIVE: AN ANALYSIS OF THE CURRICULA OF THE PROVINCE OF SANTA FÉ (ARGENTINA) AND THE STATE OF SANTA CATARINA (BRAZIL)

Amurabi Oliveira¹

Luiz Alexandre Devegili²

Resumo: O ensino de sociologia na educação básica assume diferentes contornos nos distintos contextos nacionais, o que se relaciona com a forma como a educação básica estrutura-se em cada país, e também com as tradições nacionais das ciências sociais. Na realidade escolar, a sociologia é recontextualizada através das propostas curriculares, que tanto podem ser nacionais como locais. Neste artigo são analisadas as propostas de currículo de sociologia para o ensino médio na província de Santa Fé, Argentina, e no estado de Santa Catarina, Brasil. Observam-se desafios semelhantes em ambos os contextos em termos pedagógicos e epistemológicos, ao mesmo tempo em que há substanciais diferenças que se originam, principalmente, nas distintas organizações dos sistemas de ensino argentino e brasileiro.

Palavras chaves: ensino de sociologia; ensino médio; currículo de ciências sociais; didática das ciências sociais.

Abstract: The teaching of sociology in basic education takes on different shapes in different national contexts, which is related to the way basic education is structured in each country, and also to the national traditions of the social sciences. In school reality, sociology is recontextualized through curriculum proposals, which can be both national and local. In this article are analyzed the sociology curriculum proposals for high school in the province of Santa Fé, Argentina, and in the state of Santa Catarina, Brazil. Similar challenges are observed in both contexts in pedagogical and epistemological terms, at the same time that there are substantial differences that are original, mainly, in the different organizations of the Argentine and Brazilian education systems.

Keywords: teaching sociology; high school; social science curriculum; didactics of social sciences.

Resumen: La enseñanza de la sociología en la educación básica toma diferentes formas en distintos contextos nacionales, que está relacionado con la forma en que se estructura la educación básica en cada país, y también con las tradiciones nacionales de las ciencias sociales. En la realidad escolar, la sociología se recontextualiza a través de propuestas curriculares, que pueden ser tanto nacionales como locales. En este artículo son analizadas las propuestas curriculares de sociología para la escuela secundaria en la provincia de Santa Fé, Argentina, y en el estado de Santa Catarina, Brasil. Se observan desafíos similares en ambos contextos en términos pedagógicos y epistemológicos, al mismo tiempo que existen diferencias sustanciales que son originales, principalmente, en las diferentes organizaciones de los sistemas educativos argentino y brasileño.

Palabras clave: enseñanza de sociología; escuela secundaria; plan de estudios de ciencias sociales; didáctica de las ciencias sociales.

1 Doutor em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professor da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Atualmente é Professor Visitante na Universidade Autônoma de Barcelona com bolsa PVE Junior CAPES. Pesquisador do CNPq. E-mail: amurabi1986@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7856-1196>.

2 Licenciado em Ciências Sociais e mestrando em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Email: luizdevegili@hotmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0862-4312>.

1 INTRODUÇÃO

Apesar de a sociologia ser uma disciplina acadêmica amplamente reconhecida e institucionalizada nas universidades, estando presente em distintas formações acadêmicas, chama a atenção o fato de que ela ocupa um espaço rarefeito nos currículos escolares de um modo geral. Se considerarmos o cômputo mais amplo das ciências sociais, observa-se que, diferentemente da história e geografia, a sociologia tende a aparecer de forma mais periférica e geralmente apenas no ensino médio, não compondo a formação mais geral da educação básica.

Há algumas experiências pontuais, sobretudo na educação secundária pós obrigatória, nas quais encontramos a sociologia como disciplina escolar, seja de forma compulsória, como no caso francês³ e uruguaio, ou optativa, como em Espanha e Portugal. Nos casos anteriormente citados, a sociologia está presente apenas na formação pré-universitária de orientação humanística, o que reflete o cenário profundamente heterogêneo que temos em relação ao ensino das ciências humanas na educação secundária (PROUPECHE, 2004).

No caso dos países que atribuem maior autonomia aos estados ou províncias, eventualmente encontramos a sociologia no ensino médio em algumas regiões, ainda que ela esteja ausente nacionalmente. Este é o caso da Argentina, assim como do Brasil no período anterior ao ano de 2008. É importante enfatizar que o caso brasileiro é bastante idiossincrático, uma vez que, apesar de ter havido uma lei em 2008 que instituiu a sociologia como disciplina obrigatória em todas as séries do ensino médio, essa lei foi revogada com a Reforma do Ensino Médio em 2017, que compreende como disciplinas obrigatórias apenas matemática e língua portuguesa. Todavia, no Brasil, são os estados que possuem a autonomia para definir seus currículos e organizá-los.

Considerando tais aspectos, assim como a ausência de pesquisas comparadas sobre o tema (OLIVEIRA, 2014), o presente trabalho visa contribuir com a discussão sobre currículo escolar de sociologia, realizando um esforço ao analisar de forma comparada o ensino desta disciplina em duas realidades distintas: o estado de Santa Catarina (Brasil) e a província de Santa Fé (Argentina).

2 A SOCIOLOGIA NO CONTEXTO DEMOCRÁTICO LATINO-AMERICANO

Compreender a dinâmica da sociologia no currículo escolar dos países aqui analisados - Argentina e Brasil - é um esforço que nos demanda também uma mirada mais ampla sobre a formação desta disciplina no contexto latino-americano. Apesar de termos temporalidades distintas no processo de formação de quadros das ciências sociais, há alguns pontos que podem ser generalizados para essa região geopolítica (TRINDADE, 2018). O primeiro ponto e mais incisivo é a forte conexão entre Sociologia e Direito no processo de institucionalização da primeira. Parte expressiva dos primeiros sociólogos latino-americanos - que eram predominantemente autodidatas - possuía formação no campo das Ciências Jurídicas. Há ainda fortes conexões entre a Sociologia e a História, havendo vários casos de sociólogos historiadores em ambos os países, como no caso de Ricardo Levene (1885-1959)⁴, na Argentina, e de Gilberto Freyre (1900-1987)⁵, no Brasil.

Apesar de na Argentina ter sido criada a cátedra de Sociologia ainda em 1898, na Universidade de Buenos Aires, e o Instituto de Sociologia Argentina junto à Faculdade de Filosofia e Letras desta mesma instituição ainda em 1927 (VITULLO, 2013), foi apenas na década de 1950 que surgiu a carreira de Sociologia no país (PEREYRA, 2007; BLOIS, 2018). O Brasil, por outro lado, teve suas primeiras experiências com o Ensino de Sociologia por meio de cátedras criadas no Ensino Secundário, de forma pontual ainda no final do século XIX, e de forma mais extensiva a partir das reformas educacionais das

3 No caso francês trata-se do ensino de ciências socioeconômicas.

4 Ricardo Levene se doutorou em jurisprudência e leis pela Universidade de Buenos Aires, e ocupou cargos relevante tanto no campo da sociologia, tendo sido suplente de Ernesto Quesada (1858-1934) na cátedra de sociologia, e diretor do Instituto de Sociologia Argentina, como também presidente da Academia Nacional de História da República Argentina.

5 Gilberto Freyre realizou mestrado em História Social na Universidade de Colúmbia, na qual também realizou cursos no campo da antropologia e da sociologia. Foi o primeiro catedrático de sociologia da Escola Normal de Pernambuco no final da década de 1920,

décadas de 1920 e 1930 (MICELI, 1989; MEUCCI, 2011; OLIVEIRA, 2013b). Entretanto, no contexto brasileiro, já a partir da década de 1930 ocorreu o processo de criação de cursos de graduação em Ciências Sociais, que visavam formar quadros nos campos da Antropologia, Ciência Política, Sociologia, História, Economia, Demografia etc⁶.

Blois (2015), ao comparar o processo de institucionalização e profissionalização da Sociologia na Argentina e no Brasil, pondera que no primeiro caso houve mais rupturas e contínuos processos de refundação, que apenas se estabiliza a partir dos anos de 1980, marcando-se continuamente por uma relação problemática entre os intelectuais e o Estado, ao passo que no país vizinho houve um processo contínuo de institucionalização a partir da década de 1930, com uma relação mais próxima entre os intelectuais e o Estado.

Esta questão, ponderada por Blois (2015), remete-nos ainda à reflexão sobre os diferentes percursos que a Sociologia assumiu nas sociedades latino-americanas, especialmente no contexto dos regimes ditatoriais. Neste sentido, o caso brasileiro é bastante idiossincrático ao se considerar que houve uma expansão das carreiras em Sociologia, bem como a consolidação de sua pesquisa principalmente por meio do advento dos primeiros programas de pós-graduação, a partir do final da década de 1960 (LIEDKE FILHO, 2005).

Apesar desses desenhos distintos no Ensino Superior, observa-se que em ambos os contextos a Sociologia possuía um espaço disciplinar inexpressivo no currículo de ambos os países. Não se trata de reivindicar certo automatismo entre a presença da Sociologia na escola e regimes democráticos e sua ausência em contextos autoritários, o que já fora questionado no caso brasileiro (MORAES, 2011; OLIVEIRA, 2013b; CIGALES, BODART, 2016). Todavia, mostra-se evidente que essa disciplina não era considerada relevante para os projetos educacionais postos em curso em ambos os países nesse período histórico. Curiosamente, no Uruguai, a sociologia fora introduzida no currículo escola na década de 1970 por meio da ditadura militar (FERNANDÉZ, OLIVEIRA, 2017), o que aponta para os múltiplos sentidos que essa disciplina pode assumir.

Queremos demonstrar com isso que, apesar dos dois países terem histórias substancialmente distintas em relação à Sociologia no nível universitário, com relação à Sociologia escolar, a fragmentação institucional apresenta-se de forma mais generalizada. Poderíamos afirmar que a Sociologia escolar é quase um espelho invertido da institucionalização desta mesma disciplina no ensino superior.

Tanto no caso argentino como no brasileiro, a Sociologia encontrou dificuldades para se institucionalizar no currículo escolar, e situou-se como um debate tendencialmente apartado da Sociologia acadêmica. No Brasil as campanhas pelo retorno da Sociologia aos currículos escolares foram capitaneadas por entidades profissionais, só posteriormente encontrando adesão no espaço universitário (MORAES, 2011).

Em que pesem as substanciais diferenças apontadas, observa-se certa conexão entre a Sociologia e a formação cidadã (MOTA, 2005; PEREYRA, PONTREMOLI, 2014) em ambos os países, o que parece ser uma característica mais ampla sobre a compreensão do lugar das Ciências Sociais na formação escolar (PAGÈS, SANSISTEBAN, 2010). Todavia, deve se considerar que:

Sabemos que os temas sociológicos, de alguma forma, tangem o contexto socioeconômico do alunato e, neste sentido, a reflexão é instigada porque o caráter social da disciplina proporciona a possibilidade de pensar e falar sobre questões que permeiam o seu cotidiano, mas o caráter científico da sociologia não é assegurado apenas com a promoção da reflexão sobre a sociedade, sobretudo quando a disciplina é considerada como método de formação para a cidadania (LEAL, YUNG, 2015 p. 783).

6 Um exemplo desse desenho inicial dos cursos de Ciências Sociais era que a Universidade do Distrito Federal possuía as habilitações de bacharel e professor nas áreas de Geografia, História e Sociologia. Queremos demonstrar com isso que o desenho atual de tais cursos, formando profissionais nas áreas de Antropologia, Ciência Política e Sociologia, exclusivamente, é relativamente recente.

Nas seções seguintes, ao analisarmos mais detalhadamente as propostas curriculares de Santa Catarina e de Santa Fé, comparando principalmente as questões referentes aos conteúdos e às abordagens dadas ao Ensino de Sociologia em ambas as províncias.

3 A SOCIOLOGIA NO CURRÍCULO ESCOLAR DE SANTA FÉ

Para a melhor compreensão das questões trazidas nesse artigo - principalmente considerando os leitores brasileiros - é relevante realizar alguns apontamentos acerca da organização do sistema de ensino argentino. Diferentemente do Brasil, o Ensino Médio argentino está organizado em dois ciclos: o primeiro seria o ciclo básico com duração de três anos, o segundo, denominado *bachillerato*, possui duração entre três e quatro anos, e está organizando a partir de distintas orientações, visando a preparação para o mundo do trabalho e para os estudos universitários. A Sociologia normalmente consta como disciplina no segundo ciclo na orientação de Ciências Sociais. Esta organização é gerida pela chamada Lei da Educação Nacional (2006) da Argentina, que atrela fortemente a formação da educação secundária em termos de preparação para o mundo do trabalho e para o exercício da cidadania.

Segundo Olivos (2017), a partir da década de 1990, no âmbito das reformas educacionais conduzidas, a organização curricular da educação argentina passa a ser orientada, principalmente, a partir das províncias. Ainda segundo o autor:

En la secundaria argentina existe un currículo diversificado en las diferentes provincias pero comparten ciertos elementos que son comunes y obligatorios en todo el país, con lo cual se busca garantizar una educación con calidad y equidad para todos. El Plan Nacional de Educación Obligatoria, aprobado por el CFE por Resolución núm. 79/09, “integra las políticas nacionales, provinciales y locales, las estrategias para enfrentar los retos de la educación obligatoria, en sus diferentes ámbitos, niveles y modalidades y la articulación con las intervenciones intersectoriales de otros ministerios” (Subsecretaría de Equidad y Calidad Ministerio de Educación de la Nación, 2009:4) y organizaciones sociales; toda vez que la educación secundaria debe habilitar para el ejercicio pleno de la ciudadanía y orientar para el mundo del trabajo y para la continuación de estudios (OLIVOS, 2017, p. 626).

Isso significa dizer, por exemplo, que em praticamente todas as províncias argentinas encontraremos opções de Ensino Secundário com a orientação em Ciências Sociais e Humanidades, porém, isto não implica que haja espaço garantido para a Sociologia nesses planos curriculares. Como bem apontam Pereyra e Pontremoli (2014), a fragmentação institucional no desenho curricular argentino acabou por enfraquecer a presença da Sociologia na Educação Secundária.

O caso da província de Santa Fé é bastante emblemático com relação à presença da Sociologia, uma vez que a disciplina consta não apenas na orientação de Humanidades e Ciências Sociais, como também na orientação de Turismo (Antropologia e Sociologia Turística) e na orientação Agro e Ambiente (Sociologia Rural).

Interessante perceber que, apesar de ter ocorrido a criação da cátedra de Sociologia, ainda em 1914, na Universidade Nacional do Litoral (UNL), na capital desta província (TRINDADE, 2018), apenas em 1987 foi criada a Faculdade de Humanidades e Ciências, e apenas em 2003 a carreira de Sociologia, que não dispõe até o momento da habilitação para formação de professores (OLIVEIRA, 2019). Esse hiato aponta para certo descompasso entre o desenvolvimento da Sociologia escolar e da Sociologia acadêmica, ainda que possa haver pontos de diálogos e intersecções.

Apesar da sociologia estar presente em três diferentes orientações (Humanidades e Ciências Sociais, Turismo, Agro e Ambiente), nos centraremos aqui em sua proposta na orientação de Humanidades e Ciências Sociais, considerando sua presença mais incisiva no sistema de ensino. Nesta orientação é indicada a seguinte finalidade para a disciplina:

La finalidad del espacio curricular Sociología en la Formación Orientada es otorgar a los jóvenes las herramientas propias de la reflexión sociológica para posibilitar la desnaturalización de las prácticas que se asumen como socialmente dadas, contribuyendo, además, a la subjetivación de los mismos como sujetos creativos y transformadores del medio social en el que viven, desarrollándose al mismo tiempo

como ciudadanos críticos y reflexivos. El espacio curricular se configura en torno a ejes temáticos organizadores que abordan la mirada sociológica, las transformaciones institucionales contemporáneas, la subjetividad y la desigualdad social (SANTA FÉ, 2014, p. 463).

Como podemos observar, ganha destaque na finalidade da disciplina a ideia de cidadão crítico e reflexivo, o que parece estar em consonância com uma reflexão mais ampla sobre a finalidade da formação do *bachillerato*. Em termos metodológicos, o documento reforça ainda a ideia de que tanto docentes quanto discentes devem realizar um contínuo exercício crítico visando a desnaturalização das práticas sociais, sugerindo alguns caminhos, tais quais:

Las metodologías de distanciamiento, el debate, el análisis de datos cuantitativos y cualitativos, y la reflexión crítica sobre ellos, la indagación en torno a la realidad social a partir de la observación y el registro, de la lectura de diversos formatos textuales, exigirá siempre la instancia de la discusión y de la reflexión personal y grupal (SANTA FÉ, 2014, p. 464).

Ao que parece, há uma compreensão no documento que a construção do olhar crítico pode ser realizada por meio de um distanciamento de uma Sociologia meramente teórica, e uma aproximação mais empírica com a realidade social, resguardados os métodos de investigação próprios da Sociologia. Estas questões demandam uma reflexão própria sobre as possibilidades efetivas de realização da prática sociológica no contexto escolar. Como bem ponderam Pereyra e Pontremoli (2014, p. 157):

Retomando los casos internacionales analizados, se plantea el interrogante de cómo promover una mirada sociológica crítica en un contexto de fragmentación institucional y heterogeneidad curricular, como se ha visto para el caso de los programas de sociología en la Ciudad de Buenos Aires. Se instala entonces la pregunta acerca del camino que falta recorrer para que la sociología se institucionalice en el nivel medio. La cuestión es si eso es posible sin una base disciplinaria sólida, obligando a pensar si la tarea subsidiaria del docente secundario debe convivir necesariamente con una baja calificación y capacitación, dejando todo proyecto de sociología serio al ámbito universitario; y si es estrictamente necesario que los profesores de sociología sean especialistas en la disciplina sociológica. Por otro lado, es necesario preguntarse sobre el grado de autonomía de los docentes para escapar de la prescripción normativa del curriculum, estudiando con más atención la distancia y las mediaciones entre los diseños curriculares y la práctica docente real en el aula, o en otras palabras, entre saberes y contenidos. Por otra parte, se debe reflexionar si la sociología debe formar parte de una enseñanza más general de competencias, habilidades y actitudes, o debería ser incluida en una formación de conocimientos especializados.

Deve-se ponderar, portanto, que a proposta curricular elabora um objetivo a ser trabalhado nas escolas, mas é condicionada pelas condições objetivas postas. Apesar da pesquisa de Chiconi *et alii* (2017) apontar para o fato de que parte dos egressos da carreira de Sociologia da UNL atuam na Educação Secundária, majoritariamente encontramos um cenário no qual os professores de Sociologia possuem sua formação em campos correlatos do conhecimento, como História, Geografia, Psicologia etc (OLIVEIRA, 2019). Desse modo, pode-se inferir que o programa curricular possivelmente deve encontrar algumas dificuldades para se efetivar.

Os conteúdos programáticos estruturam-se a partir dos seguintes eixos: a) a construção do olhar sociológico; b) as transformações institucionais contemporâneas; c) o impacto das mudanças estruturais e institucionais na subjetividade; d) a desigualdade social. Tais eixos possuem conteúdos programáticos próprios, que seriam os seguintes:

La construcción de la mirada sociológica.

La realidad como realidad simbólica reinterpretada por sus actores.

La construcción del significado individual y social.

Tareas de la Sociología: comprensión de los fenómenos sociales y explicación a través de la indagación de las causas que los producen; poniendo en relación los fenómenos con la comprensión de los mismos.

Las transformaciones institucionales contemporâneas.

El proceso de globalización y de individualización, y su impacto en el entramado institucional-social.

La sociedad de la modernidad líquida y las nuevas configuraciones familiares, escolares, religiosas, laborales y estatales.

El impacto de los cambios estructurales e institucionales en la subjetividad.

Los cambios en el mundo del trabajo y su impacto en la identidad de las personas.

Las nuevas identidades culturales-juveniles.

La identidad sexual.

La identidad de género como construcción social y cultural.

Las relaciones vinculares.

La desigualdad social.

Viejas y nuevas formas de desigualdad social: estratificación, diversidad étnica y racial, desigualdad de género y de sexo.

El capital cultural como posibilitador u obturador de los procesos de inserción social.

La segregación social del espacio en la Argentina actual: proliferación de barrios privados y countries, ghetización de la pobreza (SANTA FÉ, 2014, p. 464-465).

Como a sociologia está presente apenas em um ano da Educação Secundária, com quatro aulas semanais, o programa é bastante enxuto, não fazendo referências diretas a autores ou correntes teóricas. Podemos perceber referências a conceitos de autores específicos em dois momentos: o de modernidade líquida de Zygmunt Bauman (1925-2017) e de capital cultural de Pierre Bourdieu (1930-2002).

A organização dos conteúdos segue uma lógica que parte de questões mais gerais, vinculadas à ciência sociológica e às transformações estruturais na sociedade, seguindo para um debate centrado nas transformações identitárias e subjetivas, e finalizando com uma dimensão mais empírica acerca da realidade argentina. Reconhece-se assim que a Sociologia seria dotada de ferramentas próprias para a análise da realidade social, desnaturalizando-a, encontrando-se aí sua contribuição para a formação do sujeito crítico e reflexivo.

4 A SOCIOLOGIA NO CURRÍCULO DE SANTA CATARINA

A Sociologia esteve presente nos documentos curriculares do estado de Santa Catarina durante toda a década de 1990 para o Ensino Médio. Porém, em 1998 ela aparece pela primeira vez indicada como disciplina do Ensino Médio de forma obrigatória. Até então, ela era mencionada como componente curricular do curso de Magistério secundarista⁷. A Proposta Curricular de Santa Catarina de 1991⁸ (SANTA CATARINA, 1991) apresenta os parâmetros para o ensino de Sociologia da Educação, referentes ao Ensino Médio. A versão de 1998 (SANTA CATARINA, 1998c) deste documento possui três volumes, com as seguintes abordagens: Disciplinas Curriculares, Formação Docente para Educação Infantil e Séries Iniciais, e Temas Multidisciplinares. O ensino de Sociologia é abordado no volume referente à formação docente. Entende-se que neste momento a Sociologia ainda não estava consolidada como disciplina do Ensino Médio, pois ainda que ela seja apresentada como tal no volume sobre Formação Docente, ela não consta no volume sobre Disciplinas Curriculares.

Na versão de 1991 do documento é apresentada uma proposta de currículo para o ensino da Sociologia da Educação, voltado para o curso de Magistério. Na versão de 1998 a proposta é muito

⁷ Habilitava o professor a lecionar na Educação Infantil.

⁸ As três últimas versões da Proposta Curricular de Santa Catarina datam de 1991, 1998 e 2014.

parecida: mudou-se de forma sutil o nome de algumas unidades e foram nelas incluídos alguns temas. A estrutura básica é praticamente igual nas duas versões (tabela 1). Porém, o que muda significativamente é a modalidade de ensino em que os blocos são abordados. Na versão de 1991, os quatro blocos são lecionados no Magistério, sendo os dois primeiros no segundo ano desta modalidade de ensino e os dois últimos no terceiro ano. Já na versão de 1998, os dois primeiros blocos são lecionados no segundo ano do Ensino Médio, e os dois últimos blocos no terceiro ano do Magistério.

É importante frisar alguns pontos para entender esta mudança, a começar pela formulação da versão de 1998 da Proposta Curricular de Santa Catarina. A parte que aborda o ensino de Sociologia começou a ser formulada em abril do ano anterior. Porém, é em sete de agosto de 1998 que é promulgada a Lei Complementar nº 170 (SANTA CATARINA, 1998a), que dispõe sobre o Sistema Estadual de Educação. Ou seja, a Proposta Curricular de Santa Catarina e a Lei Complementar nº 170 foram formuladas paralelamente, possivelmente sofrendo influências recíprocas.

Observa-se que a inserção da Sociologia no currículo do Ensino Médio em Santa Catarina visou responder a demandas postas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei n.º 9.394/96), que indicava que os egressos do Ensino Médio deveriam possuir conhecimentos de Sociologia e Filosofia para o exercício da cidadania. Reitera-se aqui o fato de que a concepção de cidadania nos documentos elaborados nesse período permanecia bastante difusa, o que se refletia também nas concepções dos docentes responsáveis por tais disciplinas (MOTA, 2005).

Em 21 de dezembro de 1998 foi promulgada a Lei Complementar nº 173 (SANTA CATARINA, 1998b), que alterou o artigo 41 da Lei nº 170/98, incluindo um parágrafo único com a seguinte redação: “Parágrafo único. A filosofia e a sociologia constituirão disciplina obrigatória do currículo do ensino médio” (SANTA CATARINA, 1998b). Apesar de instituir a Sociologia e a Filosofia como disciplinas obrigatórias, não são especificadas as cargas horárias destas disciplinas e a obrigatoriedade em todos os anos do Ensino Médio.

TABELA 1: Blocos de ensino de Sociologia da Proposta Curricular de Santa Catarina – 1998

Bloco A	Unidade I: O surgimento do pensamento sociológico Unidade II: A Sociologia: do Positivismo à concepção crítica
Bloco B	Unidade I: A Estrutura da Sociedade Unidade II: A divisão do trabalho na sociedade de classe Unidade III: Classes sociais e Estado Unidade IV: Movimentos Sociais – formas de organização da sociedade
Bloco C	Unidade I: Cultura: vista pela Sociologia Unidade II: Cultura Popular e Educação Unidade III: A família e o gênero
Bloco D	Unidade I: A Escola no Brasil Unidade II: A Escola na sociedade de classe: educação e trabalho Unidade III: O fracasso escolar no Brasil Unidade IV: A Educação em perspectivas plurais

Fonte: Santa Catarina, 1998c.

Nesta perspectiva, no momento da formulação da versão de 1998 da Proposta Curricular de Santa Catarina, apesar do fato de que a disciplina de Sociologia não fosse obrigatória no currículo do Ensino Médio, ela é apresentada como proposta para o 2º ano do Ensino Médio. Já na Lei nº 170/98 em artigo 42 é indicado o seguinte:

Art. 42. A organização dos conteúdos, das metodologias e das formas de avaliação deverá propiciar ao aluno ao final do ensino médio:

- I - o domínio dos conhecimentos científicos e tecnológicos que presidem a produção moderna e de suas conseqüências culturais e sociais para a humanidade;
- II - o conhecimento das formas contemporâneas de linguagem;
- III - conhecimentos de política, filosofia e sociologia necessários ao exercício da cidadania (SANTA CATARINA, 1998b).

Desta forma, entende-se que a preocupação em abordar a Sociologia no Ensino Médio estava presente tanto da Proposta Curricular de 1998 quanto na da Lei nº 170. A Lei nº 173 especifica a obrigatoriedade da presença da Sociologia como disciplina independente, evitando a abordagem interdisciplinar dos conhecimentos sociológicos em outras disciplinas da área de Ciências Humanas. Observa-se que a legislação de Santa Catarina avançou em relação ao que estava sendo apontado em nível federal no que diz respeito ao Ensino de Sociologia, o que demonstra as especificidades das disputas no campo educacional em nível local. A redação original da Lei Federal nº 9.394, de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional) (BRASIL, 1996) estabelecia no parágrafo primeiro do artigo 36 que:

§1º Os conteúdos, as metodologias e as formas de avaliação serão organizados de tal forma que ao final do ensino médio o educando demonstre:

- I - domínio dos princípios científicos e tecnológicos que presidem a produção moderna;
- II - conhecimento das formas contemporâneas de linguagem;
- III - domínio dos conhecimentos de Filosofia e de Sociologia necessários ao exercício da cidadania (BRASIL, 1996).

Atualmente, a Sociologia está presente em todos os três anos do Ensino Médio na Rede Estadual de Ensino de Santa Catarina, sendo que nos dois primeiros anos conta com duas aulas semanais e no último ano conta com uma aula semanal⁹.

Em relação aos conteúdos propostos pelas Propostas Curriculares de Santa Catarina de 1991 e 1998, nota-se que há uma prevalência de dois autores clássicos da Sociologia, Émile Durkheim e Karl Marx, ficando ausentes os conceitos de Max Weber entre os clássicos, e sem referência a autores contemporâneos. Além disso, há uma forte relação dos conceitos sociológicos com a educação (devido à formação em Magistério) e os conceitos relacionados com cultura são abordados de forma central apenas no Magistério.

Em 2011, é publicado o documento “Orientação Curricular com foco no que ensinar: Conceitos e conteúdos para a Educação Básica” (SANTA CATARINA, 2011), que tem como mote “objetivar um dos aspectos curriculares: conceitos e conteúdos essenciais para nortear a ação docente no que há de mais fundamental” (SANTA CATARINA, 2011, p. 4). Este é o documento que possui maior detalhamento de uma proposta curricular para o ensino de Sociologia no Ensino Médio no Estado de Santa Catarina. Nele, estão indicados temas centrais, apresentados na tabela 2, que são especificados em vários subtemas. Os temas estão separados por anos do Ensino Médio. Comparado às Propostas Curriculares de 1991 e 1998, este documento aborda de forma mais enfática e abrangente os conceitos relativos à cultura, acrescenta como abordagem clássica da Sociologia a perspectiva weberiana e apresenta de forma mais minuciosa os conteúdos a serem abordados.

Tabela 2: conteúdos de Sociologia para o Ensino Médio.

ANO	CONTEÚDOS
1º ano	Iniciação ao estudo dos conceitos de sociedade e de Sociologia Iniciação ao estudo dos conceitos de trabalho e cultura Cultura e Ideologia
2º ano	Capitalismo e Liberalismo

⁹ Devido à Reforma do Ensino Médio atualmente o currículo de Santa Catarina encontra-se em reformulação, de modo que este cenário pode ser alterado.

	A sociedade capitalista – Teorias Clássicas e interpretações
3º ano	Estado e Movimentos Sociais Política e Partidos Políticos no Brasil

Fonte: Santa Catarina (2011, p. 88-90).

A versão mais recente da Proposta Curricular de Santa Catarina é do ano de 2014 (SANTA CATARINA, 2014). Nela as disciplinas não são abordadas com maior detalhamento, pois estão apresentadas dentro do contexto de sua área de conhecimento. A Sociologia é apresentada no subcapítulo 2.2, que é voltado para as Ciências Humanas. Este subcapítulo apresenta as Ciências Humanas como “conhecimentos organizados, que tratam dos aspectos do ser humano nas suas dimensões individual e social, se preocupam com o pensamento e a produção de conhecimento sobre a experiência humana.” (SANTA CATARINA, 2014, p. 139). Nesta área de conhecimento se encontram a História, a Geografia, a Filosofia, a Sociologia e o Ensino Religioso. O objetivo desta área, segundo o documento, é instrumentalizar, a partir de um conjunto de conceitos e metodologias, “os sujeitos a compreender a sociedade permeada por conhecimentos e práticas historicamente construídos e que estão em constante transformação” (SANTA CATARINA, 2014, p. 139).

O conceito de trabalho aparece com ênfase no documento e são exemplificados os atributos identitários como língua, classe social, sexo, gênero, orientação sexual, origem étnico-racial, religiosidade, crença, nacionalidade, condição física, etc. (SANTA CATARINA, p. 140) É interessante notar que na Proposta Curricular de 1998 são referenciados, mais de uma vez, como “grupos minoritários” os “deficientes, aidéticos, drogados, etc” (SANTA CATARINA, 1998c). Nota-se que houve uma atualização e aprofundamento do conceito de grupo identitário entre as versões de 1998 e 2014 do documento.

Um parágrafo entre as páginas 147 e 148 da Proposta Curricular de 2014 é dedicado especificamente para o ensino de Sociologia. É apresentada brevemente a área de conhecimento e na sequência são apresentadas uma sequência de conceitos relevantes para a área:

Para tanto, conceitos como ideologia, cultura, relações sociais e modos de produção, meios de comunicação, tecnologias, massificação, alienação, produção de cultura, cultura popular e erudita, material e imaterial, indústria cultural (cultura/contracultura/subcultura), etnias, diversidade cultural, lideranças, sociedade de consumo, estado, poder e governo, cidadania e democracia, instituições sociais, classes sociais, desigualdades, movimentos sociais, neoliberalismo, globalização, relações de gênero, diversidades, virtualização das relações sociais, trabalho humano, inovação industrial, tecnológica e científica, sociedade industrial, desenvolvimento regional, economia e mercado, meios de produção e divisão do trabalho, meio ambiente e sustentabilidade auxiliam os estudantes nesse processo de elaboração conceitual (SANTA CATARINA, 2014, p. 147-148).

Como se pode observar, a Sociologia assume um escopo bastante amplo de questões que confluíam para a formação de um sujeito crítico e reflexivo. Com as mudanças mais recentes ocorridas na proposta curricular do Estado, houve uma clara guinada que distanciou-se de uma discussão mais teórica para uma mais próxima de um debate orientado por temas, que apesar de bastante amplos, poderiam ser abordados desde uma perspectiva das ciências sociais.

Em grande medida podemos perceber que o deslocamento que foi realizado na proposta curricular tende a se distanciar de uma discussão estritamente teórica, para se aproximar do que podemos denominar de problemas sociais relevantes (SANTISTEBAN, 2009; PAGÈS e SANTISTEBAN, 2011), assim compreendidos dentro do próprio debate das ciências sociais. Obviamente que estamos falando de um campo em constantes transformações e disputas, cujos elementos mais evidentes nesse momento são as reformulações que vêm sendo planejadas considerando a Reforma do Ensino Médio e o advento da Base Nacional Comum Curricular.

Deve-se atentar ainda para um detalhe importante que implica numa mudança importante de cenário em Santa Catarina em relação à Santa Fé, que é o fato de haver no estado cursos de formação de

professores nessa área ao menos desde a década de 1970, com uma sensível expansão em período recente (OLIVEIRA, 2016). Em Santa Catarina encontramos ainda uma predominância de profissionais com formação em outras áreas lecionando Sociologia, o que segue uma tendência nacional (RAIZER et ali, 2017), ainda que esse cenário seja sensivelmente distinto nas regiões que possuem centros formadores como Florianópolis, Blumenau e Chapecó.

5 ALGUMAS NOTAS COMPARATIVAS

Como pudemos observar, apesar das substanciais diferenças existentes entre os dois sistemas de ensino aqui comparados, é possível estabelecer certos paralelos, assumindo como fio condutor o ensino de Sociologia na Educação Secundária na Argentina e no Brasil, mais especificamente em Santa Fé e em Santa Catarina, respectivamente. Atenta-se para o fato de que a Sociologia no Brasil integra a formação geral dos alunos do Ensino Médio – malgrado os efeitos da Reforma do Ensino Médio, que tem sido avaliada negativamente pelos professores nessa área (OLIVEIRA, BINSFELD, TRINDADE, 2018) – ao passo que na Argentina ela compõe apenas a formação da Educação Secundária obrigatória de caráter preparatório para os estudos universitários no campo das Humanidades e Ciências Sociais.

Em ambos os projetos, forjados no contexto de pós redemocratização de ambas as sociedades, fica evidente o papel da Sociologia como disciplina voltada para a formação cidadã. Tal como aponta Weber (1996) referindo-se ao caso brasileiro, a educação passa a ser compreendida como um elemento fundamental na consolidação de um projeto democrático, e ao que nos parece a Sociologia tendeu a representar um elemento central nesta direção. Ao reconhecermos o currículo como um espaço de disputas de distintas visões de mundo (APPLE, 2006), percebemos como que a Sociologia vai compondo essa elaboração, também considerando o próprio histórico desta disciplina nos diferentes países.

Observa-se ainda que os caminhos trilhados para inserir a Sociologia no currículo escolar a fim de alcançar seus objetivos são múltiplos, e tendem a se relacionar com a forma como se dá a maior ou menos aproximação da Sociologia enquanto campo acadêmico com o campo escolar. Chama a atenção o fato de que em Santa Fé não há cursos de formação de professores de Sociologia, o que em parte pode explicar o porquê da elaboração de um currículo menos teórico e mais temático. As disputas dentro do campo acadêmico da Sociologia, bem como as existentes dentro do campo educacional (o interesse de outras carreiras de assumirem a disciplina de Sociologia no currículo escolar) em parte podem explicar as configurações que modelam o currículo escolar.

Em Santa Catarina, a existência de um curso de formação de professores desde a década de 1970 no estado levou à configuração de um currículo de Sociologia na escola mais teórico inicialmente, com referência explícita aos clássicos, e a categorias centrais na Sociologia brasileira.

Confluem em ambos os casos a ideia de que a contribuição da Sociologia para a formação do cidadão crítico desde a escola perpassa o debate acerca de um conjunto de “problemas sociais” a serem refletidos sociologicamente, analisados desde as categorias sociológicas, dialogando com temas que são evidentemente interdisciplinares no campo mais amplo das Ciências Sociais.

Pode-se afirmar que os desafios pedagógicos e epistemológicos existentes nas duas realidades são semelhantes, pois se movem na direção de pensar a recontextualização da Sociologia acadêmica na realidade escolar. Mais que isso, em ambos os casos encontramos o desafio de pensar o lugar da Sociologia nas finalidades mais amplas às quais se propõem a escola, e a Educação Secundária de forma particular. Todavia, no nível empírico, a existência de cursos de formação de professores no estado de Santa Catarina tende a apontar para uma maior consolidação da Sociologia no currículo escolar, ao passo que em Santa Fé haveria uma situação de maior fragilidade institucional, ou mesmo de dificuldade de afirmação do lugar da Sociologia na Educação Secundária, dado que sua prática pedagógica é operacionalizada principalmente a partir de docentes sem formação específica nesse campo de conhecimento. Em outros termos, os temas sociológicos anunciados no currículo de Santa Fé tendem a ser abordados desde a perspectiva de outras Ciências Sociais.

Considerando os câmbios anunciados pela Reforma do Ensino Médio no Brasil, é interessante perceber, observando o caso argentino, que é possível perpetuar um lugar para a sociologia na Educação Secundária. Há evidentemente uma diferença substancial no lugar que a Sociologia ocupa em ambos os

casos. A presença da Sociologia no currículo escolar brasileiro, estando inserida em todas as séries do Ensino Médio, indica a compreensão de que essa disciplina constitui elemento fundamental para a formação crítica dos estudantes desta modalidade de ensino. Por outro lado, sua inserção apenas na orientação de Humanidades e Ciências Sociais aponta para uma compreensão de que as demais Ciências Sociais podem suprimir seu lugar em termos de formação geral na educação secundária, situando a Sociologia como disciplina específica que reforça a formação crítica-cidadã apenas para aqueles interessados em aprofundar seus estudos no neste campo de conhecimento no ensino superior. O hiato entre essas duas realidades torna-se ainda mais complexo considerando a existência de um acesso universal e irrestrito ao Ensino Superior na Argentina, que contrasta com um acesso altamente seletivo e desigual no Brasil. Mesmo para aqueles que “optem” pela orientação em ciências humanas no Brasil (considerando o cenário de implementação da Reforma do Ensino Médio), não há clareza que isso possa implicar necessariamente na expectativa de continuidade e aprofundamento dos estudos no campo das Ciências Sociais através no ensino superior. Neste sentido, ao que tudo indica, a sociologia só cumpriria plenamente seu lugar na formação crítica cidadã dos estudantes do Ensino Médio brasileiro através de seu status de disciplina compulsória nesta modalidade como um todo, oportunizando aos discentes dessa modalidade de ensino uma reflexão ampla sobre o mundo social no qual estão inseridos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo buscou avançar na análise comparativa acerca do Ensino de Sociologia no contexto latino-americano, a partir dos casos das províncias de Santa Fé (Argentina) e Santa Catarina (Brasil). Ainda que sejam evidentes as diferenças com relação ao sistema de ensino em ambos os países, assim como a relação entre a Sociologia acadêmica e a escolar, é possível considerar que encontramos alguns elementos em comum, que apontam para certa percepção acerca do lugar desta disciplina na Educação Secundária. Aparentemente uma relação mais estreita entre a Sociologia acadêmica e a escolar tende a produzir currículos mais “teóricos”, e mais disciplinares, pelo que pudemos observar por estes exemplos, ainda que eles não tenham a pretensão de produzir generalizações para outros casos.

O avanço da discussão sobre o ensino desta disciplina demanda um maior investimento nesse tipo de esforço comparativo, para que possamos observar de forma mais clara como os condicionantes dos sistemas de ensino possuem implicações sobre as configurações da Sociologia no currículo escolar. Não é possível afirmar que a Sociologia é uma disciplina crítica, ou que produz a desnaturalização do mundo social sem considerar tais elementos.

Também valeria a pena investir numa agenda investigativa mais incisiva acerca da formação de sociólogos em diferentes países, e de professores de Sociologia de modo mais específico, devendo-se considerar ainda quais as habilitações legais em cada contexto. É necessário ampliar o nosso olhar para o Ensino de Sociologia, analisando-o em sua diversidade situado nas diferentes tradições nacionais.

REFERÊNCIAS

APPLE, Michael. *Ideologia e Currículo*. Porto Alegre: Artmed, 2006.

BLOIS, Juan Pedro. *La institucionalización y profesionalización de la sociología en Brasil y Argentina. Formación, organización e intervención de los sociólogos*. *Estudios Sociológicos*, v. XXXIII, n. 99, p. 633-658, 2015.

_____. *Medio siglo de sociología en la Argentina. Ciencia, profesión y política (1957-2007)*. Buenos Aires: EUDEBA, 2018.

CIGALES, Marcelo; BODART, Cristiano. Debates em torno da História do Ensino de Sociologia no Brasil, In: GONÇALVES, Danyelle Nilin; MOCELIN, Daniel Gustavo; MEIRELLES, Mauro (Orgs.) *Rumos da Sociologia no Ensino Médio: ENASEB2015, formação de professores, PIBID e experiências de ensino*. Porto Alegre: Cirkula, 2016. p.23-42.

CHICONI, Antonela; EGGEL, Analí; MIGUEZ, Andrés; AMSLER, Pablo. La sociología como profesión. Un análisis de las trayectorias laborales de los primeros graduados de sociología de la UNL. In: XXXI

Congresso da Associação Latino Americana de Sociología- ALAS, 2017, Montevidéo, Uruguay. Anais (online). Montevidéo: ALAS, 2017. Disponível:
http://alas2017.easyplanners.info/opc/tl/3649_antonela_chiconi.pdf Acesso em 20 agos. 2019.

FERNANDEZ, Daniela; OLIVEIRA, Amurabi. As outras histórias da Sociologia escolar na América Latina: um olhar desde o Uruguai com Daniela Fernandez. *Cadernos da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais*. v.1, n.2, p.134-141, 2017.

LEAL, Sayonara; YUNG, Tauvana. Por uma sociologia do ensino de sociologia nas escolas: da finalidade atribuída à disciplina à experiência social do alunato. Estudos de caso no Distrito Federal. *Revista Sociedade e Estado*, v. 30, n 3, p. 773-796, 2015.

LIEDKE FILHO, Enno. A Sociologia no Brasil: história, teorias edesafios. *Sociologias*, v. 7, n.14, p. 376-436, 2005.

MEUCCI, Simone. *Institucionalização da sociologia no Brasil: primeiros manuais e cursos*.

São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2011.

MICELI, Sergio. Condicionantes do desenvolvimento das ciências sociais. In: MICELI, Sergio. (Org.). *História das Ciências Sociais no Brasil Vol. 1*. São Paulo: Editora Vértice/IDESP/FINEP, 1989, pp. 72-110.

MORAES, Amaury C. Ensino de Sociologia: periodização e campanha pela obrigatoriedade.

Cadernos CEDES, v. 31, nº 85, 2011 , p. 359 382

MOTA, Kelly Cristine Corrêa da Silva. Os lugares da sociologia na formação de estudantes do ensino médio: as perspectivas de professores. *Rev. Bras. Educ. s/v.*, n.29, p.88-107, 2005.

OLIVEIRA, Amurabi. A expansão conservadora dos cursos de formação de professores em Ciências Sociais em Santa Catarina. *Revista Pós Ciências Sociais*, v. 13, n. 25, p. 87-103, 2016.

_____. i. Ensino de Sociologia: novas temáticas e experiências internacionais. *Educação & Realidade*, v. 39, n. 1, 11-16, 2014.

_____. O Ensino de Sociologia em Santa Fé (Argentina): Algumas Pistas Comparativas com o Caso Brasileiro. *Revista Tomo, s/v*, n. 34, p. 393-418, 2019.

_____. O Currículo de Sociologia na Escola: um campo em construção (e disputa). *Revista Espaço do Currículo*, v. 6, n. 2, p. 355-366, 2013a.

_____. Revisitando a história do ensino de Sociologia na Educação Básica. *Acta Scientiarum. Education*, v. 35, n. 2, p. 179-189, 2013b.

_____; BINSFELD, William; TRINDADE, Tayná. A Reforma do Ensino Médio e suas Consequências: O que pensam os professores de sociologia?. *Revista Espaço do Currículo*, v. 11, n.2, p. 249-259.

PAGÈS, Joan; SANSISTEBAN, Antoni. La educación para la ciudadanía y la enseñanza de las ciencias sociales, la geografía y la historia. *Íber. Didáctica de las Ciencias Sociales, Geografía e Historia, s/v*, n 64, p. 8-18, 2010.

_____; _____. (Orgs.) *Les qüestions socialment vives i l'ensenyament de les ciències socials*. Barcelona: Publicacions de la Universitat Autònoma de Barcelona, col. Documents, núm. 97, 2011.

PEREYRA, Diego. Cincuenta años de la Carrera de Sociología de la UBA. Algunas notas contra-celebratorias para repensar la historia de la Sociología en la Argentina. *Revista Argentina de Sociología*, v. 5, n. 9, p. 153-159, 2007.

_____; PONTREMOLI, Claudia. ¿La Sociología está Pasada de Moda? Una discusión sobre la enseñanza de sociología en la escuela media en Argentina: docentes, estudiantes y propuesta curricular. *Educação & Realidade*, v. 39, n. 1, p. 139-159, 2014.

PROUPECHE, Sérgio Fabian Vita. Sobre el problema de la enseñanza de las humanidades en la Educación Secundaria. *Didáctica (Lengua y Literatura)*, v. 16, p. 251-269.

RAIZER, Leandro; CAREGNATO, Célia E.; MOCELIN, Daniel G.; PEREIRA, Thiago I. O ensino da disciplina de sociologia no Brasil: diagnóstico e desafios para a formação de professores. *Revista Espaço Acadêmico*, s/v, n.190, p. 15-26, 2017.

SANTA CATARINA, Secretaria de Estado da Educação e do Desporto. *Proposta Curricular de Santa Catarina*. Florianópolis, 1991.

_____, *Lei nº 170, de 07 de agosto de 1998. Dispõe sobre o Sistema Estadual de Educação*. Florianópolis: Assembleia Legislativa, [1998a]. Disponível em: http://secon.udesc.br/leis/lei_170-1998.htm. Acessado em 29 de janeiro de 2020.

_____, *Lei nº 173, de 21 de dezembro de 1998. Dá nova redação ao parágrafo único do artigo 41, da Lei nº 170/98, que dispõe sobre o Sistema Estadual de Educação*. Florianópolis: Assembleia Legislativa, [1998b]. Disponível em: http://leis.alesc.sc.gov.br/html/1998/173_1998_Lei_complementar.html. Acessado em 29 de janeiro de 2020.

_____, Secretaria de Estado da Educação e do Desporto. *Proposta Curricular de Santa Catarina*. Florianópolis, 1998c.

_____, Secretaria de Estado da Educação e do Desporto. *Orientação Curricular com foco no que ensinar: conceitos e conteúdos para a Educação Básica*. Florianópolis, 2011.

_____, Secretaria de Estado da Educação e do Desporto. *Proposta Curricular de Santa Catarina*. Florianópolis, 2014.

SANTA FÉ. *Diseño Curricular de Educación Secundaria Orientada*. Santa Fé: Ministerio de Educación de la Provincia de Santa Fé, 2014.

SANTISTEBAN, Antoni. Cómo trabajar en clase la competencia social y ciudadana. *Aula de Innovación Educativa*, s/v, n. 189, pp. 12-15, 2009.

TRINDADE, Helgio. “Disciplinarização” e construção institucional da sociologia nos países fundadores e sua reprodução na América Latina. *Sociologias*, v.20, n.47, p. 210-256, 2018

VITULLO, Gabriel. Las Ciencias Sociales en Argentina. In: TRINDADE, Hélgio (Coord.). *Ciencias Sociales en América Latina: de los inicios a la teoría de la dependencia*. Buenos Aires: Eudeba, 2013. p.13-22.

WEBER, Silke. *O professorado e o papel da educação na sociedade*. Campinas: Papyrus, 1996.

Recebido em: 13/03/2020

Alterações recebidas em: 29/03/2020

Aceito em: 29/03/2020

Publicado em: 01/04/2020